

**Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2016**, do Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB

**Tabela Comparativa**

<b>Lei Nº 12.334/2010</b>	<b>Projeto de Lei do Senado Nº 224/2016</b>	<b>Parecer CMA – Relator Jorge Viana</b>	<b>Opinião Oficina</b>
<b>Art. 1º</b> Esta Lei estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).	<b>Art. 1º</b>		
I - altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);	“I- altura do maciço, medido do <b>encontro do pé do talude de jusante</b> com o nível do solo até a crista de coroamento do barramento: maior ou igual a 15 (quinze) metros;		Maioria das oficinas entende que deva ficar a versão original da Lei. Sugestão: manter texto original
IV - categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º.	IV – categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido <b>no art. 7º</b> ;		De acordo com o PLS
<b>Art. 2º</b> Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:	<b>Art. 2º</b>		
I - barragem: qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;	I - barragem: qualquer obstrução em um curso permanente ou temporário de água, <b>talvegue ou cava exaurida</b> , para fins de <b>retenção</b> ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;	I – barragem: qualquer obstrução em um curso permanente ou temporário de água, talvegue ou cava exaurida, para fins de retenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;	Sugestão manter como originalmente consta da LEI
IV - empreendedor: agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade;	IV - empreendedor: agente privado ou governamental <b>que explore oficialmente a barragem para benefício próprio ou da coletividade ou, em não havendo quem a explore oficialmente, aquele com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório</b> ;	IV – empreendedor: pessoa física ou jurídica que detém outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que <b>regularize</b> a barragem ou o seu uso, em benefício próprio ou da coletividade, junto ao respectivo órgão fiscalizador, ou, em não havendo quem a explore oficialmente, todos aqueles com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem <b>e o reservatório</b> ;	De acordo com o relator.

	VIII – acidente: comprometimento da integridade estrutural com liberação incontrolável do conteúdo de um reservatório, ocasionado pelo colapso parcial ou total da barragem ou estrutura anexa; e	VIII – acidente: comprometimento da integridade estrutural com liberação incontrolável do conteúdo de um reservatório, ocasionado pelo colapso parcial ou total da barragem ou estrutura anexa; e	OBS: incluir definição de incidente.
	IX - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;	IX – desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.	De acordo com o PLS
		INSERIR ARTIGO 3º E RENUMERA O 3º PARA 4º:  Art. 3º A garantia financeira ou o seguro de que tratam os incisos XV e XVI do art. 17 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para barragens já instaladas, deverão ser apresentados no prazo de dois anos a partir da data da publicação desta Lei.”	Análise da oficina: ao final da tabela
<b>Art. 3º</b> São objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):	<b>Art. 3º...</b>		
I - garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a reduzir a possibilidade de acidente e suas consequências;	I – garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a reduzir a possibilidade de acidente e desastre;		De acordo com o PLS
<b>Art. 4º</b> São fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):	<b>Art. 4º ....</b>		
	VI – a responsabilidade civil do empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem independe da existência de culpa.		De acordo com o PLS
<b>Art. 5º</b> A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama):	<b>Art. 5º .....</b>		

I - à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;	I - à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico quando houver concessão ou autorização do uso do potencial hidráulico;	I - à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico quando houver concessão, autorização ou registro do uso do potencial hidráulico;	De acordo com o relator.
II - à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;		II - à entidade que concedeu, autorizou ou registrou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;	De acordo com o relator.
	V - à entidade responsável pela pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares, quando se tratar de disposição final ou temporária de rejeitos de minérios nucleares;	V - à entidade responsável pela fiscalização da pesquisa, da lavra e da industrialização de minérios nucleares, quando se tratar da disposição final ou temporária de rejeitos de minérios nucleares.	De acordo com o relator.
<b>Art. 6º</b> São instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):	<b>Art. 6º</b> ,,,,		
	VIII - o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens; e		Sugestão de excluir da proposta: Entende-se que essas funções podem ser absorvidas pela já existente CTAP – Câmara Técnica de Análise de Projeto do CNRH
	IX – os guias de boas práticas em segurança de barragens.		Substituir “guias” por normas técnicas, manuais e termos de referências
<b>Art. 7º</b> As barragens serão classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).	<b>Art. 7º</b> As barragens serão classificadas pelo órgão fiscalizador, por categoria de risco, por dano potencial associado, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).		Manter a forma da lei
<b>Art. 8º</b> O Plano de Segurança da Barragem deve compreender, no mínimo, as seguintes informações:	<b>Art. 8º</b> ...		
VIII - relatórios das inspeções de segurança;	VIII - relatórios das inspeções de segurança regular e especial;	VIII – relatórios das inspeções de segurança regular e especial;	De acordo com o PLS
	§ 3º O empreendedor deverá manter atualizado e operacional o Plano de Segurança da Barragem até a completa desativação da barragem.	§ 3º O empreendedor deverá manter atualizado e operacional o Plano de Segurança da Barragem até a completa desativação da barragem.	Substituir “desativação” por “descomissionamento”  Incluir definição de descomissionamento no glossário do PL

	§ 4º Nas barragens com alto potencial de dano associado, o projeto da barragem e o Plano de Segurança da Barragem devem ser validados por profissional independente e de notória especialização em segurança de barragem;	§ 4º Nas barragens com dano potencial associado alto, o projeto da barragem e o Plano de Segurança da Barragem devem ser validados por profissional independente e de notória especialização em segurança de barragens, caso solicitado pela entidade fiscalizadora.	De acordo com o relator. Obs: O projeto da barragem está incluído no plano de segurança da barragem
	§ 5º O empreendedor deverá apresentar ao órgão fiscalizador o projeto da barragem e o Plano de Segurança da Barragem antes do início da sua construção.	§ 5º O Plano de Segurança da Barragem deverá estar disponível para o órgão fiscalizador e entidades do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) antes do início do primeiro enchimento do reservatório.	De acordo com o PLS  Sugestão: suprimir a ementa do Relator, pois o tema é tratado no artigo seguinte.  Justificativa: PSB – é esfera de gestão do empreendedor  PAE – inserido no PSB – para a defesa civil interessa o PAE;
<b>Art. 12.</b> O PAE estabelecerá as ações a serem executadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de emergência, bem como identificará os agentes a serem notificados dessa ocorrência, devendo contemplar, pelo menos:	<b>Art. 12.</b> ...		
Parágrafo único. O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.	§ 1º O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos órgãos de proteção e defesa civil;		De acordo com o relator.
	§ 2º os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser envolvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência;		Sugestão: substituir por “envolvidos na elaboração do PAE, nos termos do regulamento”, ...  A forma de envolvimento deve ser definida na regulamentação

	<p>§3º Antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá:</p> <p>I – instalar equipamento de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro;</p> <p>II - realizar audiência pública para apresentação do PAE;</p> <p>III – promover treinamento de evacuação com a população da área potencialmente afetada; e</p> <p>IV – divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem.</p>		De acordo com o relator.
	<p>§4º Os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil.</p>		<p>De acordo com o relator.</p> <p>Sugestão incluir mais um parágrafo</p> <p>§5º: “treinamentos periódicos”</p>
<p><b>Art. 13.</b> É instituído o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), para registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional.</p>	<p><b>Art. 13 ....</b></p>		
<p>Parágrafo único. O SNISB compreenderá um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, devendo contemplar barragens em construção, em operação e desativadas.</p>	<p>§1º ....</p>		
	<p>§2º O SNISB deverá manter canal de comunicação para o recebimento de denúncias relacionadas à segurança de barragens.</p>	<p>§ 2º O SNISB deverá manter informações sobre incidentes e acidentes de barragens.</p>	<p>De acordo com o relator, porém</p> <p>Sugestão incluir desastres</p>
		<p>§ 3º O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) deve manter canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens, informando ao respectivo órgão fiscalizador eventuais inconformidades.</p>	De acordo com o relator.
<p><b>Art 16.</b> O órgão fiscalizador, no âmbito de suas atribuições legais, é obrigado a:</p>	<p>Art. 16. ....</p>		

II - exigir do empreendedor a anotação de responsabilidade técnica, por profissional habilitado pelo Sistema Conselho Federal de Engenharia, <b>Arquitetura</b> e Agronomia (Confea) / Conselho Regional de Engenharia, <b>Arquitetura</b> e Agronomia (Crea), dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios citados nesta Lei;	II - exigir do empreendedor a anotação de responsabilidade técnica, por profissional habilitado pelo Sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) / Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios citados nesta Lei;	II – exigir do empreendedor a anotação de responsabilidade técnica, por profissional habilitado pelo Sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) / Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dos estudos, planos, projetos, construção, inspeção e demais relatórios citados nesta Lei;	De acordo com o relator.
		<p>VI – exigir do empreendedor:</p> <p>a) a contratação de <b>seguro ou apresentação de garantia financeira</b> para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas barragens de categoria de risco alto e dano potencial associado alto;</p> <p>b) a apresentação de garantia financeira para custear a desativação das barragens destinadas à disposição final ou temporária de resíduos industriais ou de rejeitos de mineração;</p>	<p><b>OBS:</b>  <u><b>Incluir inciso antes do VI:</b></u></p> <p>- Promover estudos e definir em regulamento , critérios objetivos para o cálculo de garantias financeiras ou sistema de proteção financeira para reparação ao ambiente e a terceiros</p> <p><u><b>Sugestões e alternativas:</b></u></p> <p>- criação de Fundo específico;  Ou  - utilizar fundo de defesa civil;  Ou  - sugerir um prazo, mínimo de dois anos, para os estudos necessários a viabilidade técnica de implantação dos seguros, desenvolvimento de métodos de cálculos ;  -</p>
		VII – definir, em regulamento, critérios objetivos para o cálculo das garantias financeiras referidas no inciso anterior;	De acordo com o relator.

		VIII – elaborar, anualmente, Plano de Fiscalização das Barragens (PFB) sob sua jurisdição, contemplando, no mínimo, as ações fiscalizatórias previstas e os meios materiais e humanos necessários para sua execução;	De acordo com o relator.
§1º O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.	§1º O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SNPDEC) qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ou desastre ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.	§ 1º O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente ao SNISB e ao SINPDEC qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ou desastre ocorrido nas barragens sob sua jurisdição;	De acordo com o relator.
	§ 3º Os órgãos fiscalizadores poderão: I – editar regulamentos sobre segurança de barragens de sua competência; II – criar sistema de credenciamento de técnicos e empresas especializadas, para apoiar as atividades de fiscalização de segurança de barragens.	§ 3º Os órgãos fiscalizadores poderão: I – editar regulamentos sobre segurança de barragens de sua competência; e II – criar sistema de credenciamento de técnicos e empresas especializadas, para apoiar as atividades de fiscalização de segurança de barragens.	Sugestão: trocar credenciamento por cadastro técnico
<b>Art. 17.</b> O empreendedor da barragem obriga-se a:	<b>Art. 17 ....</b>	<b>Art. 17 ....</b>	
VI - permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do Sindec ao local da barragem e à sua documentação de segurança;	VI - permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do SINPDEC ao local da barragem e à sua documentação de segurança;	VI – permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do SINPDEC à barragem e à sua documentação de segurança;	De acordo com o relator.
VII - providenciar a elaboração e a atualização do Plano de Segurança da Barragem, observadas as recomendações das inspeções e as revisões periódicas de segurança;	VII - providenciar a elaboração e a atualização do Plano de Segurança da Barragem;	VII – providenciar a elaboração e a atualização do Plano de Segurança da Barragem;	De acordo com o PLS
	XIV – executar as recomendações das inspeções regulares e especiais e das revisões periódicas de segurança.	XIV – executar as recomendações das inspeções regulares e especiais e das revisões periódicas de segurança;	De acordo com o PLS
.....	XV – contratar seguro ou apresentar garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas barragens de categoria de risco alto e dano potencial associado alto.	XV – contratar seguro ou apresentar garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas barragens de categoria de risco alto e dano potencial associado alto;	Sugestão: contratar seguro ou apresentar garantia financeira, nos termos do regulamento

	XVI - contratar <b>seguro</b> ou apresentar garantia financeira para a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, em caso de acidente ou desastre, nas <b>barragens destinadas à disposição final ou temporária de resíduos industriais e rejeitos de mineração;</b>	XVI – contratar <b>seguro ou apresentar garantia financeira</b> para custear a desativação das barragens destinadas à disposição final ou temporária de resíduos industriais ou de rejeitos de mineração;	De acordo com o relator.
	XVII – prestar informações verdadeiras ao órgão fiscalizador e às autoridades competentes; e	XVII – prestar informações verdadeiras ao órgão fiscalizador e às autoridades competentes; e	<b>Sugestão suprimir termo “verdadeiras”</b>
	XVIII – cumprir as determinações do órgão fiscalizador.	XVIII – cumprir as determinações do órgão fiscalizador.	De acordo com o PLS
Parágrafo único . Para reservatórios de aproveitamento hidrelétrico, a alteração de que trata o inciso IV também deverá ser informada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).	§ 1º ...		
	§ 2º Nas barragens com mais de um uso outorgado, todos os outorgados deverão contribuir para o custeio da segurança da barragem.	§ 2º Nas barragens com mais de um <b>empreendedor</b> , todos os empreendedores deverão contribuir para o custeio da segurança da barragem.	<b>Sugestão manter PLS</b>
		§ 3º As garantias financeiras deverão ser prestadas antes do primeiro enchimento da barragem.	<b>OBS</b> <b>adequar o local deste item</b>  <b>Este item deve ser posicionado onde são tratadas as garantias financeiras!</b> <b>Talvez após XVI –</b>
	<b>ART 17-A.</b> Considera-se infração administrativa o descumprimento das obrigações estabelecidas nos arts. 12 e 17.	Art. 17-A. Considera-se infração administrativa o descumprimento das obrigações estabelecidas nos arts. 12 e 17.	De acordo com o PLS
	§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo os servidores do órgão fiscalizador designados para as atividades de fiscalização;	§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo os servidores ativos do órgão fiscalizador.	De acordo com o relator.
	§ 2º Qualquer pessoa, constatando o cometimento de infração administrativa a esta Lei, poderá dirigir representação ao órgão fiscalizador.	§ 2º Qualquer pessoa, constatando o cometimento de infração administrativa a esta Lei, poderá dirigir representação ao órgão fiscalizador.	De acordo com o PLS



	<p><b>Art. 17-B.</b> As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:</p> <p>I - advertência;</p> <p>II - multa simples;</p> <p>III - multa diária;</p> <p>IV - embargo de obra ou atividade;</p> <p>V - demolição de obra; e</p> <p>VI - suspensão parcial ou total de atividades.</p>	<p>Art. 17-B. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:</p> <p>I – advertência;</p> <p>II – multa simples;</p> <p>III – multa diária;</p> <p>IV – embargo provisório ou definitivo, parcial ou total, de obra ou atividade; e</p> <p>V – demolição de obra.</p>	De acordo com o relator.
<b>17b</b>	<p>§ 1º Para imposição e gradação da sanção, o órgão fiscalizador observará:</p> <p>I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e as consequências para a sociedade e para o meio ambiente;</p> <p>II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de segurança de barragens; e</p> <p>III – a situação econômica do infrator, no caso de multa.</p>	<p>§ 1º Para imposição e gradação da sanção, o órgão fiscalizador observará:</p> <p>I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para sociedade e para o meio ambiente;</p> <p>II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de segurança de barragens; e</p> <p>III – a situação econômica do infrator, no caso de multa.</p>	De acordo com o PLS
	<p>§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.</p>	<p>§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.</p>	De acordo com o PLS
	<p>§ 3º A multa simples pode ser convertida em serviços de manutenção ou recuperação da barragem que minimizem riscos de acidente ou desastre, a critério do órgão fiscalizador.</p>	<p>§ 3º A multa simples pode ser convertida em serviços de manutenção ou recuperação da barragem que minimizem riscos de acidente ou desastre, a critério do órgão fiscalizador.</p>	De acordo com o PLS
	<p>§ 4º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.</p>	<p>§ 4º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.</p>	De acordo com o PLS
	<p><b>Art. 17-C</b> O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado pelo órgão fiscalizador e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>	<p>Art. 17-C. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado pelo órgão fiscalizador e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>	De acordo com o relator.

	<b>Art. 17-D</b> A aplicação das sanções previstas no art. 17-B não isenta o empreendedor de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, tampouco o isenta da responsabilização civil.		De acordo com o PLS
	<b>Art. 17-E</b> Deixar de adotar, quando assim o exigir o órgão fiscalizador, medidas de recuperação ou desativação da barragem nos casos em que houver risco de acidente ou desastre: Pena: reclusão, de um a cinco anos	Art. 17-E. Deixar de adotar, quando assim o exigir o órgão fiscalizador, medidas de prevenção, recuperação ou desativação da barragem nos casos em que houver risco de acidente ou desastre: Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.	Sugestão: suprimir, por não se tratar de legislação penal
	<b>Art. 17-F</b> Elaborar ou apresentar ao órgão fiscalizador relatório de Revisão Periódica de Segurança, ou de inspeção regular ou especial, total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.	Suprimir	De acordo com o relator.
	Parágrafo único. Se o crime é culposo: Pena: detenção, de seis meses a um ano.	Suprimir	De acordo com o relator.
	<b>Art. 17-G</b> Deixar de cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no SINISB: Pena: detenção, de seis meses a um ano, e multa	Suprimir	De acordo com o relator.
	<b>Art. 17-H</b> Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nos arts. 17-E, 17-F e 17-G incide nas penas neles previstas, na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário do empreendedor, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando poderia agir para evitá-la.”	Art. 17-F. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática do crime previsto no art. 17-E incide na pena nele prevista, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário do empreendedor, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.	Sugestão:  suprimir, dado que sugestão é suprimir 17 E

<b>Art. 18.</b> A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas.	<b>Art. 18.</b>	<b>Art. 18.</b>	
§ 2º Na eventualidade de omissão ou inação do empreendedor, o órgão fiscalizador poderá tomar medidas com vistas à minimização de riscos e de danos potenciais associados à segurança da barragem, devendo os custos dessa ação ser ressarcidos pelo empreendedor.	§ 2º Se a omissão ou inação do empreendedor provocar risco de acidente ou desastre, o órgão fiscalizador deverá informar a situação à Prefeitura e aos órgãos de proteção e de defesa civil, que poderão executar ações de prevenção, inclusive obras e serviços de engenharia, conforme legislação pertinente, devendo os custos dessas ações serem ressarcidos pelo empreendedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.	§ 2º Se a omissão ou a inação do empreendedor provocar risco de acidente ou desastre, o órgão fiscalizador deverá informar a situação à Prefeitura e aos <b>órgãos do SINPDEC</b> , que poderão executar ações de prevenção, inclusive obras e serviços de engenharia, <b>podendo ser custeados na forma do art. 4º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010,</b> devendo os custos dessas ações serem ressarcidos pelo empreendedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.	Sugestão: <b>manter os termos da PLS, substituir:</b> “ações de prevenção e mitigação de risco”  e  “informar a situação à Prefeitura, aos órgãos de proteção, de defesa civil e aos órgãos ambientais”
<b>Art. 35. ( da Lei Nº 9433/97)</b> Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:	<b>Art. 35. ( da Lei Nº 9433/97)</b>		Sugestão: <b>suprimir incisos XIV e XV.</b>
	<b>XIV – organizar e secretariar o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens;</b> <b>XV – organizar Câmara Técnica para investigação e prevenção de falhas em segurança de barragens.</b>		Justificativa: criação de câmara técnica de segurança de barragem do CNRH é suficiente como fórum de discussão da lei e as funções podem ser absorvidas pela já existente CTAP – câmara técnica de análise de projetos.
		Art. 3º A garantia financeira ou o seguro de que tratam os incisos XV e XVI do art. 17 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para barragens já instaladas, deverão ser apresentados no <b>prazo de dois anos a partir da data da publicação desta Lei.</b>	Relator apresentou : - Deve ser incluído esse artigo 3º antes do atual, e o atual ser renumerado para 4º.  Sugestão da oficina: substituir “apresentados” por “concluídos”